



En: Rapidim Nº 101 - 30 de junho de 2008

De: carlosnambu (carlosnambu@terra.com.br)

Enviada: sexta-feira, 4 de julho de 2008 11:21:14

Para: (Desconhecido)

De: "carlosnambu" carlosnambu@terra.com.br

Para: "carlosnambu" carlosnambu@terra.com.br

Cópia: "carlosnambu" carlosnambu@idb.org.br

Data: Wed, 2 Jul 2008 18:44:13 -0300

Assunto: Rapidim Nº 101 - 30 de junho de 2008

De: forumdcaestadual@googlegroups.com

Para: forumdcaestadual@googlegroups.com

Cópia:

Data: Tue, 1 Jul 2008 20:27:59 -0300

Assunto: Rapidim Nº 101 - 30 de junho de 2008

ANO 8 - Nº 101 - 30 de junho de 2008

**20 ANOS DE ATUAÇÃO PELA CRIANÇA E O ADOLESCENTE
18 anos do ECA terá sessão solene no Congresso Nacional**

Uma sessão solene conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que formam assim o Congresso Nacional, marcará, em Brasília o aniversário de 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (13 de julho). A sessão acontecerá no Plenário do Senado, no dia 10 de julho, quinta-feira, às 11h.

O Secretariado do Fórum Nacional DCA participará da solenidade. A realização da solenidade foi requerida pela deputada federal Rita Camata (PMDB-ES), integrante da Frente Parlamentar Nacional em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A sessão terá um ritual formal conduzido pelo cerimonial do Senado. Deverão compor a mesa os presidentes da Câmara, do Senado e do

Supremo Tribunal Federal (STF), além de um representante do Poder Executivo, provavelmente o ministro chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

Os representantes da sociedade civil, organismos internacionais, crianças e adolescentes participarão como convidados. Apenas um representante da Câmara, a deputada Rita Camata, e outro do Senado, provavelmente a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), coordenadora da Frente Parlamentar no Senado, terão direito a se pronunciar durante a sessão.

As duas parlamentares deverão aproveitar suas falas para falar das mobilizações propostas pelo chamado Grupo dos 18 anos do ECA, que reúne parlamentares, assessores dos integrantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional, entidades da sociedade civil, órgãos governamentais, organismos internacionais e articulações de defesa dos direitos infanto-juvenis.

Na oportunidade, será lançada oficialmente a campanha da Plataforma para as eleições municipais (leia mais abaixo) e uma campanha de mídia sobre o Estatuto. As parlamentares também entregarão aos presidentes das duas casas uma lista com 18 projetos prioritários para a área da infância e adolescência, pedindo urgência na votação.

Carta aberta enumera 18 compromissos para candidatos

Uma Carta Aberta aos Candidatos e Candidatas às Prefeituras e Câmaras Municipais com 18 compromissos para a área da infância e adolescência será lançada no próximo dia 10 de julho, durante sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. O documento foi elaborado pelo chamado Grupo dos 18 anos do ECA, criado para discutir estratégias de mobilização e que reúne diversos segmentos.

A intenção do Grupo é a de que o documento seja divulgado simultaneamente em todo o País, por meio de atividades dos conselhos de direitos, dos fóruns DCAs, das frentes parlamentares e dos fóruns de erradicação do trabalho infantil, com a participação de meninos e meninas.

A Carta Aberta é a base de uma Plataforma para as eleições municipais deste ano. Os candidatos e candidatas serão convidados a assumir os 18 compromissos. Veja abaixo os compromissos.

Compromisso 1 - Assegurar recursos no Orçamento Municipal para as políticas públicas voltadas à infância e adolescência.

Compromisso 2 - Garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Compromisso 3 - Garantir o pleno funcionamento dos Conselhos Tutelares ou criá-los onde não existam.

Compromisso 4 - Ampliar o acesso das crianças de zero a cinco anos à Educação Infantil de qualidade.

Compromisso 5 - Melhorar a qualidade do Ensino Fundamental e combater a evasão escolar.

Compromisso 6 - Melhorar o atendimento no pré-natal, parto e pós-parto.

Compromisso 7 - Assegurar a ampliação da Licença-Maternidade de quatro para seis meses.

Compromisso 8 - Propiciar condições para que a família ofereça ambientes pacíficos, seguros e adequados ao desenvolvimento integral de seus filhos e se fortaleça como Família que Protege.

Compromisso 9 - Assegurar a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes apoiando suas famílias e suas comunidades com políticas, programas e serviços.

Compromisso 10 - Combater a violência doméstica caracterizada pelos maus-tratos físicos e psicológicos, negligência e abuso sexual.

Compromisso 11 - Prevenir e enfrentar a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes em todas as suas manifestações.

Compromisso 12 - Prevenir, combater e erradicar do município o trabalho infantil em todas as suas formas.

Compromisso 13 - Desenvolver políticas específicas para ampliar as oportunidades de participação e reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes.

Compromisso 14 - Promover a saúde de crianças e adolescentes.

Compromisso 15 - Destinar recursos e criar espaços para atividades culturais, esportivas e de lazer, voltadas para crianças e adolescentes.

Compromisso 16 - Assegurar a participação de crianças e adolescentes nas decisões políticas do município.

Compromisso 17 - Assegurar a municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida, semi-liberdade e prestação de serviços à comunidade), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).

Compromisso 18 - Promover a igualdade social com ações que

valorizem a diversidade de raça, etnia, gênero, orientação sexual e manifestação religiosa e estratégias de inclusão das pessoas com deficiência.

Para obter o documentos na íntegra, entre em contato com a coordenação da Frente Parlamentar por meio do endereço eletrônico contato@infanciaeparlamento.org.br. Os textos também estão disponíveis no site www.infanciaeparlamento.org.br, nos links: <http://www.infanciaeparlamento.org.br/destaque.aspx?id=342> e <http://www.infanciaeparlamento.org.br/destaque.aspx?id=343>.

Região Norte recebe *III Seminário Regional sobre 18 anos do ECA*

Manaus (AM) abrigará no final de julho o *III Seminário Regional 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - Região Norte*, promovido pelo Fórum Nacional DCA com apoio do Fórum Estadual do Amazonas. O encontro reunirá cerca de 120 militantes dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. As delegações serão indicadas pelos fóruns DCAs estaduais.

Os focos do *Seminário* são os desafios e conquistas nestes 18 anos do ECA, a implementação no Brasil da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, o aprofundamento do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, combate e prevenção ao trabalho infantil e enfrentamento ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil.

O *Seminário* acontecerá de 29 a 31 de julho. O encontro faz parte das atividades que estão sendo desenvolvidas em todo o País pelo chamado Grupo dos 18 Anos do ECA, criado para mobilizar a sociedade em torno do aniversário do Estatuto.

Até o final de agosto, o Fórum Nacional DCA realizará seis *Seminários Regionais*. Já foram realizados um encontro no nordeste e outro no centro-oeste. Os relatos apresentados durante os eventos serão transformados em uma publicação, que será lançada pelo Fórum Nacional DCA em outubro, durante a Plenária de Políticas Públicas.

Apoio - Os seminários contam com a parceria do Fundo Nacional para a Infância e Adolescência/Conanda/Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, juntamente com Kindernothilfe (KNH), Aldeias Infantis SOS, Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista, Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP, Conselho Federal de Psicologia - CFP, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF, Salesianos, União Norte Brasileira de Educação e



Cultura UNBEC/Marista, Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e PLAN Internacional.

FNDCA participa do V Foro Ibero-americano de ONGs

A Secretária Nacional do Fórum DCA, Jimena Grignani (Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista), participou no mês passado do V Fórum Ibero-americano de ONGs que atuam com a defesa dos direitos da criança e do adolescente, realizado em San Salvador, capital de El Salvador. O encontro antecedeu a reunião dos ministros e altas autoridades da área da infância e adolescência dos países ibero-americanos.

Os temas em debate foram segurança e desenvolvimento humano, violência, recomendações da ONU e OEA, crises, monitoramento e avaliação. Cerca de 40 coalizões da sociedade civil participaram do encontro. Jimena Grignani participou do grupo relator, que elaborou a declaração das ONGs.

Também foram divulgadas uma declaração produzida por crianças e adolescentes e outra pelos representantes dos governos. As íntegras das declarações podem ser solicitadas à secretaria executiva do Fórum Nacional DCA, por meio do endereço forumdca@forumdca.org.br.

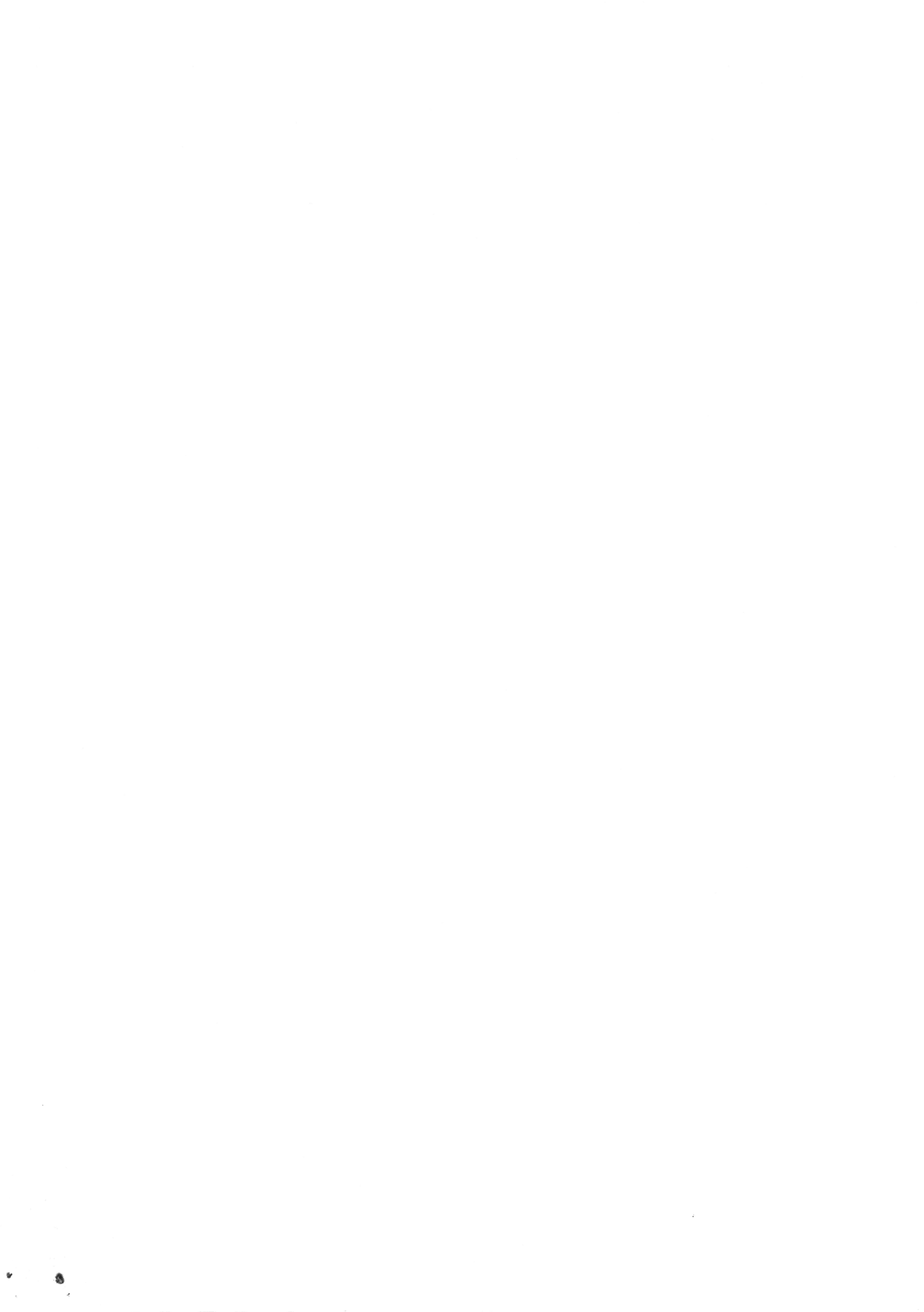
Veja abaixo, as demandas apresentadas pelas coalizões aos governos:

1. Consideren la declaración de niñez y adolescencia reunidos en el marco de esta Conferencia, como un instrumento fundamental para el diseño de las políticas públicas con enfoque de derecho, y se fortalezcan los mecanismos locales, nacionales, regionales para su participación real y protagónica de las niñas, los niños y adolescentes en la toma de decisiones en todos aquellos asuntos que les involucre.
2. Una llamado explícito a reorientar el modelo económico neoliberal implementado en la región, que garantice en sus planes, políticas y programas nacionales la plena vigencia de los Derechos Humanos de los niñez y adolescencia.
3. Que las inversiones públicas prioricen garantizar el cumplimiento de los derechos de la niñez, adolescencia y juventud, sobre la base de la rendición de cuentas, los presupuestos participativos, intangibilidad de los recursos orientados a estos grupos etareos y la evaluación de impacto a favor del desarrollo humano integral.



4. Que en materia de Justicia Juvenil se asuman las orientaciones contenidas en la Observación General Nº 10 (2007) del Comité de Derechos del Niño, fortaleciendo las medidas para una administración de justicia accesible, adecuada y eficiente que permita a la niñez, adolescencia y juventud la reparación y restitución de los derechos que les han sido violados, invirtiendo en la creación y adecuación de las defensorías de los derechos de la niñez y adolescencia de acuerdo a la Observación General no. 2 del Comité de Derechos del Niño.
5. Que el Sistema Iberoamericano incorpore dentro de su agenda y en forma prioritaria el seguimiento a las recomendaciones del Estudio de las Naciones Unidas sobre Violencia en Contra de la niñez y adolescencia, en particular fortaleciendo los mecanismos municipales, nacionales y regionales para coordinar y robustecer las políticas públicas.
6. Se implementen mecanismos de desarrollo económico que se traduzca en el aumento y la eficiencia de las inversiones de gasto público a favor de la niñez, adolescencia y juventud, tal como lo establece el artículo 4 de la Convención Sobre Derechos del Niño, reduciendo así, los niveles de desigualdad e inequidad y garantizando sus derechos ante el impacto de la crisis social y económico en los escenarios nacionales e internacionales.
7. Se comprometan a la suscripción de acuerdos destinados a cumplir los compromisos derivados del Sistema de Naciones Unidas en materia de desarrollo sustentable, a fin de que sean monitoreados y fortalecidos desde el Sistema Iberoamericano.
8. Que el Programa de Cooperación Iberoamericano para el Fortalecimiento de Sistemas Integrales de Protección a la Niñez y Adolescencia, sea un instrumento efectivo garantizando la integralidad, universalidad e interdependencia de los derechos humanos, como ejes estratégicos para el desarrollo integral de la niñez, adolescencia y juventud en su calidad de sujeto social de derecho.
9. Que promuevan espacios de participación permanentes para la niñez, adolescencia, juventud y la sociedad civil especialmente en el seguimiento y evaluación de los compromisos asumidos por los Estados.
10. Que la totalidad de los Estados Miembros de la Organización de Estados Iberoamericanos ratifique la Convención Iberoamericana de Derechos de los Jóvenes y que la vigencia simultánea sirva para reforzar la protección jurídica e institucional del grupo etareo adolescente.

Finalmente, reconocemos la apertura de nuestros gobiernos para recibir el aporte de la niñez, adolescencia y de las organizaciones no gubernamentales en las 5 últimas Conferencias Iberoamericanas de Ministros, Ministras y Altos Responsables de Infancia realizadas hasta la fecha. Valoramos esta instancia como un espacio para la articulación conjunta de los gobiernos y la sociedad



civil en la búsqueda de una mejora sustantiva en la vigencia y el respeto de los derechos de la niñez, adolescencia y juventud de Iberoamérica.

CURTAS

Site - Já está no ar o site do 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que pode ser acessado através do endereço eletrônico <http://www.iiicongressomundial.com>. O site concentra todas as informações referentes ao Congresso: desde as primeiras notícias sobre o início da preparação até as últimas novidades. Na parte de legislações, o usuário encontra as leis brasileiras e internacionais, além dos tratados sobre direitos humanos. Há ainda uma área em que qualquer pessoa pode se cadastrar e receber as novidades diretamente no e-mail. O 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes acontecerá de 25 a 28 de novembro, no Rio Centro, Rio de Janeiro. O tema será "Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a sua Proteção contra a Exploração Sexual - Por uma Visão Sistêmica".

Concurso - Mapear iniciativas, metodologias e pesquisas que incentivem ou divulguem práticas de educação positivas, baseadas no diálogo e em métodos educacionais que não utilizam castigos físicos e humilhantes contra crianças e adolescentes é o objetivo do Concurso Não Bata, Eduque! Com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, a Rede Não Bata, Eduque!, da qual o Fórum Nacional DCA, é responsável pela iniciativa, que receberá inscrições até 4 de julho. Poderão inscrever-se instituições ou associações que estejam desenvolvendo, ou tenham desenvolvido no ano de 2007, ações que promovam práticas de educação positivas, baseadas no diálogo e em métodos educacionais que não utilizem o castigo físico e humilhante como prática disciplinar. **Outras Informações:** www.naobataeduque.org.br.

EXPEDIENTE

O Fórum Nacional DCA é um espaço democrático da sociedade civil que tem como missão garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Apoio: Fundo Nacional para Infância e Adolescência / Conanda / Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Kindernothilfe (KNH), Aldeias Infantis SOS, Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista, Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP, Conselho Federal de Psicologia - CFP, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF e Salesianos.



O *Rapidim* conta com a colaboração da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Jornalista Responsável: Luís Cláudio Alves (2434 - DF) - (61) 9982-8367.

Secretariado Nacional

Secretária Nacional: Jimena Grignani (Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista); Secretária Adjunta: Rachel Niskier (Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP); Secretária de Finanças: Iolete Ribeiro (Conselho Federal de Psicologia - CFP); Secretário de Articulação: Geraldo Gonçalves (Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF).

Suplência

Salesianos e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR).

Conselho Fiscal

Federação das Associações Cristãs de Moços - ACM, a Pastoral do Menor da CNBB e União Geral dos Trabalhadores - UGT. Suplentes: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal e Comunidade Bahá'í.

Secretaria Executiva Fórum Nacional DCA

Secretária executiva: Selma Batista - Assistente Financeiro: Luiz Pociônio do Nascimento Jr - SAS Quadra 05, Bloco N, Lote 01, sala 221 - 70.070-913 - (61) 3323-6992 ou 3322-6444 - forumdca@forumdca.org.br - www.forumdca.org.br.

